

Perspectivas, avanços e projeções para a implantação da Pós-Graduação Stricto Sensu em Secretariado Executivo**Perspectives, advances and projections for Stricto Sensu Secretarial Science Graduate Studies implementation**

Ivanete Daga Cielo¹
Fernanda Cristina Sanches-Canevesi²
Camila Bernardin Lenzi Costeira Vilas Bôas³

Recebimento: 27 de agosto de 2020
Aprovação: 10 de novembro de 2020
Publicação: 15 de dezembro de 2020

Resumo: Este estudo objetiva, em linhas gerais, analisar o cenário dos cursos de graduação em Secretariado Executivo no Brasil, da pós-graduação lato sensu em Secretariado e da qualificação dos docentes graduados em Secretariado Executivo, lançando um olhar sobre as perspectivas de criação de pós-graduação stricto sensu na área. Isso porque, embora o curso exista no Brasil há praticamente meio século, ainda não há oferta de programas stricto sensu em Secretariado Executivo, formação essencial para o desenvolvimento e consolidação da área. Nesse aspecto, esta pesquisa buscou explicar a evolução da profissão de Secretariado, abordando aspectos como perfil, atribuições e principais avanços na área, aliada a uma discussão sobre a educação superior e a pós-graduação no Brasil. Para tanto, utilizou-se de um estudo qualitativo, descritivo e interpretativo, realizado por meio de pesquisa documental. Como resultados principais, constatou-se que a redução das ofertas dos cursos de Secretariado Executivo, juntamente com o baixo número de egressos em especializações e a tardia titulação de mestrado e doutorado dos docentes de Secretariado Executivo, são fatores que não influenciam positivamente para o desenvolvimento de

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Docente do curso de Secretariado Executivo Trilíngue na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

² Bacharel em Secretariado Executivo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá.

³ Bacharel em Secretariado Executivo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

um curso stricto sensu na área.

Palavras-chave: Secretário Executivo; Educação superior; Evolução da profissão.

Abstract: This study aims, in general terms, at analyzing the scenario of Secretarial Science lato sensu courses in Brazil, Secretarial Graduate Studies as well as the qualification of professors with a Major in Secretarial Science, looking at the perspectives of stricto sensu Graduate Studies creation in this area. Although its existence in Brazil for almost half a century, there is still no stricto sensu programs offered, essential training for the development and consolidation of the Secretarial area. In this aspect, this research sought to explain the evolution of the Secretariat occupation, addressing aspects such as profile, attributions and main advances, together with a discussion about higher education and graduate studies education in Brazil. For that, a qualitative, descriptive and interpretative study was carried out through documentary research. As main results, it was observed that Secretarial Science course offer reduction, together with the low number of graduated students in graduated courses and the late master's and PhD Secretarial professors' degree, are factors that directly influence not positively to the development of a stricto sensu course in the area.

Keywords: Executive Secretary; Higher education; Evolution of the occupation.

1. Introdução

A história da pós-graduação no Brasil como atividade regulamentada é um fenômeno recente, iniciado na segunda metade do século XX. Entretanto, nas últimas décadas, após um processo de legitimação interna, a pós-graduação cresceu em quantidade de programas e desenvolveu-se significativamente, obtendo a cada ano resultados satisfatórios tanto em avaliações internas quanto em rankings mundiais. Atualmente, o país conta com 7.043 cursos de mestrado e doutorado em funcionamento e ocupa a 32^a posição no ranking mundial da ciência (Rydlewski, 2019; Capes, 2020).

Esse exponencial crescimento credita-se, entre outros fatores, ao processo de avaliação realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e às ações

de apoio a pesquisa realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Entretanto, para além das ações da Capes e CNPq, autores como Moritz, Moritz e Melo (2011) destacam como fator preponderante ao desenvolvimento e consolidação da pós-graduação a existência de financiamento à pesquisa por meio de fundos competitivos, criados pelas agências de fomento nacionais e internacionais.

Paralelo aos aspectos supracitados, o crescimento das pós-graduações no país também pode ser creditado à compreensão, por parte da sociedade e das instituições, da importância da geração e difusão do conhecimento para o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Assim sendo, a busca pela qualificação de pesquisadores, docentes e profissionais para propiciarem tal desenvolvimento torna-se peça fundamental no processo de expansão e consolidação das pós-graduações (Moritz, Moritz, & Melo, 2011).

Entretanto, a importância da capacitação e formação acadêmica dos indivíduos no Brasil é fato recente, comparativamente ao contexto mundial. O próprio ensino superior no Brasil teve sua origem tardia, com a primeira instituição de ensino superior criada no início do século XIX. Ademais, desenvolveu-se de forma lenta, era elitizado e objetivava apenas assegurar aos formados a ocupação de vagas privilegiadas no mercado de trabalho e prestígio social. Essa situação perdurou até a década de 30 do século XX, quando então, o ensino superior brasileiro passou a ser organizado de forma mais sistemática, a partir da fundação da Universidade de São Paulo em 1934 (Martins, 2002).

Somente nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, o Brasil expandiu e intensificou seu sistema de educação superior. Dados disponíveis no e-MEC (2020) apontam que, no início dos anos 2000, o Brasil possuía 1.180 Instituições de Ensino Superior (IES) e, hoje, o país possui 3.249 IES. Em relação ao quantitativo de alunos, de 2000 a 2018, por exemplo, o número de alunos na educação superior passou de 2,6 para 8,5 milhões, o que representa um exponencial crescimento na oferta de educação superior em menos de duas décadas (Inep, 2020).

No entanto, observa-se que esse crescimento do ensino superior no país não ocorreu de forma simétrica em todas as áreas do conhecimento, principalmente quando se trata da pós-graduação stricto sensu. Muito embora a oferta dessa modalidade de cursos seja superior a 7.000 no país, ainda existem formações que não dispõem dessa qualificação. Um exemplo a citar é o

caso do curso de graduação em Secretariado Executivo. Criado em 1969 e dispendo de 150 cursos entre bacharelados e tecnólogos cadastrados como em funcionamento nas distintas regiões geográficas do Brasil (e-MEC, 2020), a área de Secretariado Executivo ainda não dispõe de pós-graduação em stricto sensu, formação essencial para o desenvolvimento e consolidação da área. Conforme afirma Ribeiro (1980), a pós-graduação é o fato mais positivo da história da educação superior no Brasil, pois consiste em um elemento essencial para o progresso e o desenvolvimento da nação. Portanto, não há como se falar em avanços nas áreas do conhecimento, assim como do desenvolvimento científico e tecnológico e do crescimento social e econômico, sem pensar em capacitação de recursos humanos por meio da pós-graduação stricto sensu.

Isso leva à compreensão de que se faz necessário analisar os motivos que impossibilitaram à área de Secretariado Executivo acompanhar a expansão e o desenvolvimento dos demais cursos de ensino superior do país em relação à pós-graduação. Assim sendo, este estudo objetiva analisar o cenário dos cursos de graduação em Secretariado Executivo no país; da pós-graduação lato sensu na área; e da qualificação dos docentes graduados em Secretariado Executivo, lançando um olhar sobre as perspectivas de criação de pós-graduação stricto sensu na referida área. Para tanto, parte-se de um tripé analítico composto pela oferta de cursos de graduação em Secretariado Executivo, oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na área secretarial e formação de docentes graduados em Secretariado Executivo, por considerar que essa tríade pode impactar no fato de, até o momento, não existir no Brasil cursos de pós-graduação stricto sensu na área de Secretariado Executivo.

Para esse fim, o estudo está embasado à guisa da literatura da área em Secretariado Executivo, abordando tanto temas relacionados a perfil e atribuições quanto a estudos mais recentes que versam sobre a pesquisa e o desenvolvimento da área, tendo como principais referências os seguintes autores: Bíscoli e Cielo (2004); Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014); Oliveira e Durante (2016) e demais autores relevantes da área. Faz-se também necessário, para atingir o objetivo proposto, buscar elementos teóricos junto à temática do desenvolvimento da pós-graduação no país, utilizando-se de autores, a exemplo de Oliveira (1995); Moritz *et al.* (2011); Velloso (2014), entre outros.

Para atingir o objetivo da pesquisa, este estudo está dividido em cinco capítulos. Apresenta, além deste primeiro capítulo introdutório, um segundo capítulo expondo os referenciais teóricos que embasaram esta pesquisa. O terceiro capítulo exhibe os procedimentos metodológicos utilizados para atingir o propósito deste estudo; o quarto capítulo destina-se a retratar os resultados obtidos e as discussões acerca dos mesmos. O quinto e último capítulo deste estudo aborda as considerações finais.

2. Contexto evolutivo da graduação à Pós-Graduação no Brasil

O sistema educacional brasileiro, ao longo dos anos, tem passado por mudanças e evoluções. Uma das mais significativas ocorreu a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei n. 9.394/96), que regulamenta todo o sistema educacional brasileiro, estabelecendo os princípios da educação no país. Dentre as mudanças implementadas pela LDB, tem-se a instituição de apenas dois níveis de educação escolar: o da Educação Básica, composta por educação infantil, ensino fundamental e médio; e o da Educação Superior (Lei n. 11.096, 2005).

De acordo com a LDB, a Educação Básica é composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e objetiva desenvolver o educando, assegurando uma formação indispensável para o exercício da cidadania, além de condições de progredir profissionalmente e dar continuidade aos estudos. Já a Educação Superior visa fundamentalmente estimular e promover o conhecimento cultural, científico e técnico, formando profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, para que tenham condições de se inserirem nos setores profissionais, participando do desenvolvimento da sociedade brasileira. A educação superior é ministrada em Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas, compreendendo variados graus de abrangência ou especialização, conforme apontado na Lei n. 9.394/96.

A educação superior é o último grau de educação no país e subdivide-se em cursos de graduação e pós-graduação. A pós-graduação é composta por cursos lato e stricto sensu. Os cursos lato sensu, segundo o MEC (2020a), são de especialização e fornecem certificados. Podem ser cursados apenas por pessoas que possuam diploma de nível superior e devem ter no mínimo 360

horas-aula. Já os cursos considerados pelo MEC (2020b, p. 1) como *stricto sensu* são aqueles que “compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos . . .”. Esses conferem ao seu concluinte um diploma.

No Brasil, a educação superior foi permeada por um processo de intensificação de oferta de instituições e cursos de ensino superior a partir dos anos 2000. Em 2005 existiam 2.047 cursos de graduação em funcionamento no país, já em 2018 o Brasil dispunha da oferta de 37.962 cursos de graduação distribuídos entre bacharelados (22.737 cursos), licenciaturas (7.415 cursos) e tecnólogos (7.810 cursos) (Inep, 2020). Essa intensificação é decorrente, em grande parte, de um processo político de reestruturação e expansão das universidades brasileiras, particularmente no período de 2003 a 2010, momento em que o governo federal implementou um conjunto de medidas provisórias, leis e decretos indicando essa reformulação (Lima, 2012).

Dentre as regulamentações implementadas na última década, destacam-se: a) Lei n. 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); b) Lei n. 11.096/2005, que institui o Programa Universidade para Todos (ProUni); c) Decreto 5.800/2006, que trata da regulamentação do Ensino a Distância (EAD); d) Decreto 6095/2007, que estabelece diretrizes para a constituição dos Institutos Federais de Educação, e) Decreto 6096/2007, que estabelece a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (Lei n. 10.861, 2004; Lei n. 11.096, 2005; Decreto 5.800, 2006; Decreto 6.095, 2007; Decreto 6.096, 2007).

Esse conjunto de legislações, aliadas à abertura para a criação de instituições privadas de ensino superior, possibilitou não apenas a expansão das vagas em cursos de graduação, como também fomentaram a criação de programas de pós-graduação nas mais diferentes áreas do conhecimento.

Em relação à pós-graduação *stricto sensu*, os dados são igualmente expressivos. Isso porque a pós-graduação brasileira *stricto sensu*, embora tendo um início relativamente tardio, com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1951, como entidade vinculada ao Ministério da Educação, cujo objetivo primordial é de executar a

política nacional de pós-graduação, dispõe atualmente de 7.045 cursos de mestrado e doutorado em funcionamento no país. Destes, 2.486 doutorados e 4.559 mestrados (Capes, 2020).

Em uma análise histórica da pós-graduação no Brasil, convém destacar que os cursos de pós-graduação no país iniciaram suas ofertas na década de 1930, com a proposta desenvolvida por Francisco Campos, nomeada de Estatuto das Universidades Brasileiras e que reformulou o ensino superior, iniciando a diferenciação entre os cursos de graduação e os de especialização e aperfeiçoamento, porém, essa oportunidade de ingressar em um desses cursos era reservada somente a um grupo seletivo de discentes que seriam consagrados futuramente como docentes das universidades onde realizavam seus cursos de pós-graduação (Oliveira, 1995; Moritz *et al.*, 2011).

A primeira vez que o termo pós-graduação foi utilizado de maneira formal no país foi em 1946, em um artigo do Estatuto da Universidade do Brasil (Oliveira, 1995; Velloso, 2014). Segundo Moritz *et al.* (2011), foram docentes estrangeiros, atraídos dos Estados Unidos da América pelas universidades pioneiras no Brasil, que iniciaram o primeiro esquema de pós-graduação. Como exemplo, pode-se citar da Universidade Federal de Viçosa, que recebeu docentes estrangeiros em 1962 (Oliveira, 1995). Esse fato pode ser visto como uma consequência da tardia oferta dos cursos de graduação no país.

Essa influência americana perdurou. Afinal, Moritz *et al.* (2011) explanam que em 1950 os países realizaram alianças entre IES que permitiram a transmissão de conhecimentos por meio de intercâmbios e mediante essa influência, em 1965, o Governo Federal adotou medidas do modelo norte-americano para estabelecer as metodologias da pós-graduação brasileira, fator esse que pode ser comprovado com o Parecer 997/65 do Conselho Federal de Educação. Isso fez com que a mesma se tornasse reconhecida como um novo nível de educação, superior ao bacharelado, porém, a regulamentação dessa modalidade de ensino ocorreu somente em 1968, após a reforma universitária (Moritz *et al.*, 2011).

No ano de 1998, novas mudanças aconteceram no sistema educacional brasileiro, implantando a distinção entre os cursos de mestrado acadêmico e de mestrado profissional, medida essa que também contribuiu para a expansão da pós-graduação *stricto sensu* no país (Negret, 2008). A Tabela 1 mostra a evolução da oferta de cursos de pós-graduação no Brasil.



Tabela 1

Evolução na oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu no país (2007 a 2020)

Modalidade dos cursos de pós-graduação	Ano de 2007	Ano de 2020
Mestrado acadêmico	2.061	3.700
Mestrado profissional	156	858
Doutorado	1.177	2.441
Total de cursos	3.394	7.043

Fonte: Capes (dados coletados em maio de 2020).

Os dados da Tabela 1 possibilitaram inferir que em pouco mais de uma década a oferta de curso stricto sensu evoluiu de forma exponencial, na proporção média de 107,5% no período. Entretanto, o maior crescimento deu-se em relação aos mestrados profissionais (MP) (450%). Esse acelerado crescimento dos MP é justificado por Negret (2008) em função da diversidade temática desses programas, muitas vezes de caráter multidisciplinar, o que facilita o atendimento de demandas ambientais, socioeconômicas e político-institucionais.

O crescimento da pós-graduação, independentemente da modalidade, é um fator positivo para o desenvolvimento do país. De acordo com Cirani, Campanario e Silva (2015, p. 174), a pós-graduação influencia a produção científica e tecnológica, bem como possibilita melhores perspectivas para o crescimento regional. Para os autores, “quanto mais cursos de pós-graduação, desde que implantados com qualidade, maior será a produção de conhecimento e seu efeito no desenvolvimento local”.

Ademais, são incontestáveis a importância, o papel multiplicador e a positiva influência dos programas de pós-graduação para a concretização e para o desenvolvimento das áreas. Nesse contexto, reitera-se a necessidade de criação de curso de pós-graduação nas mais distintas áreas de formação superior, a exemplo do Secretariado Executivo, conforme proposto na seção seguinte, pois é por meio desse nível de capacitação que são formados os docentes-pesquisadores, atores centrais no processo evolutivo e no desenvolvimento das áreas de conhecimento.

2.1. Panorama dos cursos de Secretariado Executivo no Brasil

Historicamente, do ponto de vista comparado, a formação em nível de graduação em Secretariado no Brasil é fato recente. A criação do primeiro curso de bacharelado em Secretariado Executivo no país foi em 1969, ofertado pela Universidade Federal da Bahia. Daquele ano até os dias atuais, a profissão e os cursos de graduação em Secretariado apresentaram considerável evolução.

Em relação à profissão, um dos marcos evolutivos pode ser creditado à regulamentação da atuação profissional, por meio da Lei n. 7.377/85, complementada pela Lei n. 9.621/96, nas quais são descritas as atribuições dos profissionais. Além disso, outras conquistas podem ser citadas, como o enquadramento sindical, obtido em 1987; a criação da Federação Nacional das Secretárias e Secretários (FENASSEC), em 1988; e a publicação do código de ética profissional, em 1989. Paralelo a isso, o perfil do profissional também evoluiu. De executor de tarefas, o profissional passou a desempenhar papel fundamental em diferentes áreas nas organizações. Tais mudanças foram decorrentes também das novas exigências do mercado de trabalho, do desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, da inovação nos processos produtivos, dentre outros (Biscoli & Cielo, 2004; Cielo *et al.*, 2014; Oliveira & Durante, 2016).

Também merece ser creditada uma análise evolutiva da profissão a instituição, em 2005, das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Secretariado Executivo. Tais diretrizes estabelecem novas competências aos profissionais, ensejando, entre outros aspectos, que secretários executivos formados por esses cursos tenham como perfil profissional capacidade e aptidão necessárias à compreensão de questões concernentes à gestão organizacional, com atuação proativa, a fim de alcançar objetivos organizacionais e pessoais. Além disso, as DCN estabelecem que o profissional formado detenha conhecimentos técnicos, científicos e estratégicos relativos ao campo de atuação, assegurando desempenho de suas funções de forma reflexiva, crítica e analítica (Resolução n. 3, 2005).

Quanto à oferta de cursos de graduação, o Secretariado acompanhou a expansão do ensino superior brasileiro, com significativa abertura de novos cursos no final dos anos de 1990 e início

de 2000. De 1969 até os dias atuais, dados do e-MEC (2020) apontam o registro de 260 cursos de Secretariado no Brasil, nas modalidades de bacharelado, tecnólogo e sequencial, ofertados de forma presencial e a distância. Entretanto, o mesmo relatório aponta para um total de 108 cursos em processo de extinção ou já extintos, o que denota um significativo decréscimo na oferta dos cursos.

Para além dos aspectos já abordados em relação aos cursos de Secretariado no Brasil, outro ponto que merece destaque diz respeito à inclusão da pesquisa nas agendas de discussões sobre a área e oferta de curso de pós-graduação lato sensu na área. De acordo com Maçaneiro e Kuhl (2013) e Oliveira e Durante (2016), a construção científica no Secretariado encontra-se em fase elementar. Isso porque os grupos de pesquisa, os eventos de natureza técnico-científica, os periódicos especializados na área e demais bibliografias abordando a pesquisa no Secretariado são fatos que remontam, de modo geral, a um período de cerca de uma década. Entretanto, mesmo sendo fato recente, o movimento em prol de maior cientificidade na área vem ganhando força e injetando um novo dinamismo nela.

Sendo assim, entende-se que o caminho natural de expansão da formação em Secretariado para nível de pós-graduação stricto sensu passa pela verticalização de suas atividades. Essas estruturas básicas para essa verticalização estão sendo construídas, mesmo que de forma ainda incipiente, a partir de ações de fomento à pesquisa e estruturação dos cursos. Entretanto, isso requer também a capacitação de profissionais secretários executivos, dotados de titulação de doutorado e com atividades científicas condizentes à proposição e (ou) inserção de programas de mestrado na área. É nessa seara que o presente estudo se delimita.

3. Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos de um estudo são determinantes para o desempenho da pesquisa. Estes possibilitam ao pesquisador produzir seus estudos dentro de uma racionalidade objetiva e adequada à realidade de seu contexto (Gil, 2002). Assim, em relação ao tipo de estudo deste trabalho, pode-se classificá-lo como sendo qualitativo e predominantemente descritivo e

interpretativo, cujas suposições baseiam-se na ideia de que a realidade social não existe em um sentido concreto, mas que é produto da subjetividade e das experiências dos indivíduos e das organizações (Triviños, 2006).

Sobre essa discussão, Triviños (2006, p. 110) afirma que “. . . o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Para Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Os objetos de investigação deste estudo são os cursos de Bacharelado em Secretariado Executivo no Brasil e a existência de profissionais docentes e pesquisadores formados na área com titulação ajustada à proposição de programas *stricto sensu*. Para tanto, os principais procedimentos de investigação ocorreram a partir de dados e relatórios do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a partir de buscas nos currículos cadastrados na plataforma Lattes. Além disso, utilizaram-se informações sobre os cursos de pós-graduação *stricto sensu* constantes na Capes, o que a caracteriza como uma pesquisa documental.

Em relação ao perfil dos docentes, foram analisadas fontes secundárias por meio de pesquisa bibliográfica, a fim de identificar aspectos inerentes à qualificação docente e potencialidades para o desenvolvimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área. Como subsídio para o desenvolvimento de conjecturas à criação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área, realizaram-se estudos sobre o contexto de criação e desenvolvimento dos cursos de pós-graduação nesse nível no Brasil, com base nos dados da Capes e do CNPq.

No que se refere aos cursos de graduação em Secretariado Executivo, realizou-se pesquisa na plataforma on-line do Ministério da Educação, o e-MEC, em março de 2020, por meio da aba “Consulta Avançada”. Na referida aba, pesquisaram-se os tópicos: Buscar por: Curso de Graduação; Curso: Secretariado; Modalidade: presencial e a distância; Grau: bacharelado, tecnólogo e sequencial; Situação: em atividade, em extinção e extinto.

Posterior à coleta de dados sobre a oferta de cursos e a qualificação dos profissionais de Secretariado no Brasil, optou-se também por investigar a presença de cursos de formação *lato sensu* na área, utilizando-se, igualmente, as informações constantes no e-MEC. Para tanto, recorreu-se como metodologia de pesquisa na referida plataforma a “Consulta Avançada”. Nessa

aba, foram pesquisados os tópicos: Buscar por: Curso de Especialização; Curso: Assessoria Executiva; e posteriormente Curso: Secretariado; Situação: Ativo; e posteriormente como Situação: Desativado.

No que tange à análise de dados, a estatística descritiva foi a técnica recorrida preponderantemente (Reis, 1998). Os resultados foram expressos em gráficos e em tabelas, auxiliando a compreensão do cenário evolutivo dos cursos de Secretariado Executivo e da formação dos profissionais da área.

4. Resultados e discussões

Os cursos de Secretariado Executivo no Brasil, nas suas distintas modalidades, apresentaram avanços significativos em relação à oferta ao longo de sua trajetória. De acordo com dados do e-MEC (2020), há registros de 260 cursos no país, conforme apontado na Tabela 2.

Tabela 2
Quantitativo de cursos de secretariado registrados no Brasil

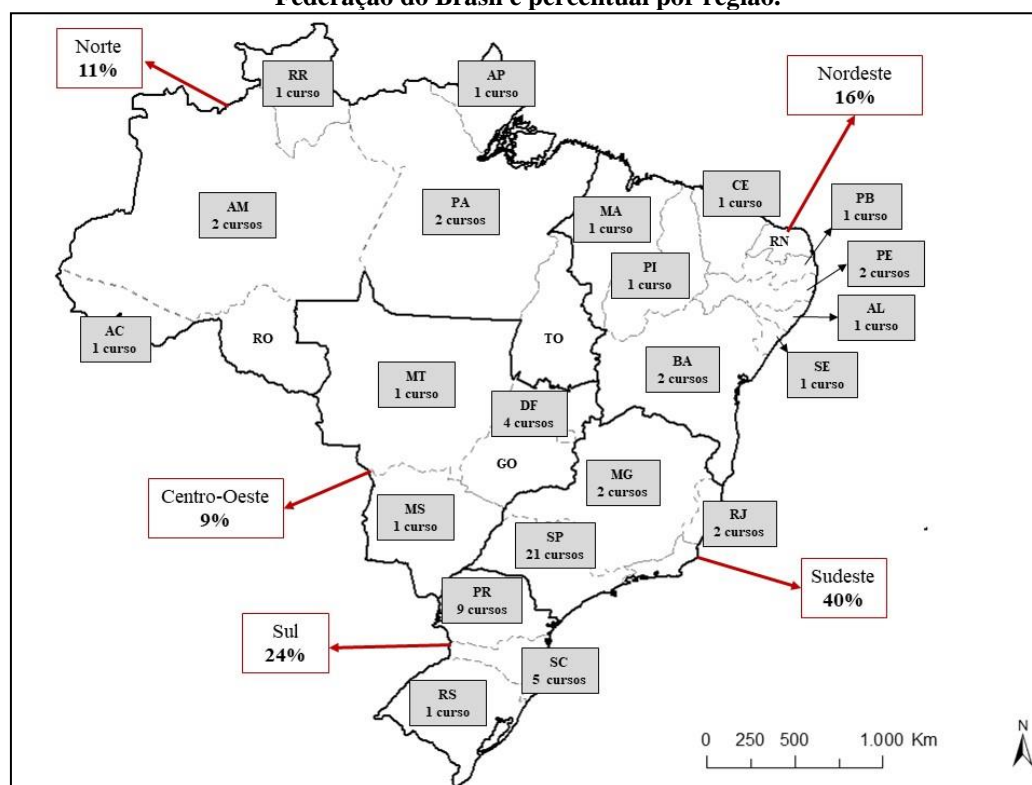
Total de registros: 260 cursos			
Modalidade	Grau	Situação	Qtd. de cursos
Presencial	Bacharelado	Em atividade	63
		Em extinção	50
		Extinto	20
	Tecnológico	Em atividade	44
		Em extinção	31
		Extinto	6
	Sequencial	Em atividade	2
		Em extinção	1
	À distância	Bacharelado	Em atividade
Tecnológico		Em atividade	34

Fonte: e-MEC (dados coletados em maio de 2020).

Os dados apontam também que, do total de registros, 82 cursos de bacharelado estão em processo de extinção e 26 já foram extintos, o que denota nítida redução na oferta de curso ao longo dos anos. Ainda, considerando os objetivos deste estudo, optou-se por identificar o

quantitativo de curso de bacharelado ofertados na modalidade presencial, por considerar que esses, em tese, apresentariam maiores condições de ofertar uma pós-graduação stricto sensu. Sendo assim, identificaram-se um total de 63 cursos de bacharelado em Secretariado na modalidade presencial em atividade atualmente. Esses cursos estão distribuídos em instituições de ensino de todo o país, com exceção aos estados do Rondônia, Tocantins, Rio Grande do Norte e Goiás, nos quais não há oferta do curso. A Figura 1 representa a distribuição desses, por estado e região.

Figura 1. Distribuição dos cursos de bacharelado presenciais em Secretariado Executivo por Unidades da Federação do Brasil e percentual por região.



Fonte: elaborado pelas autoras (2020).

Verifica-se a partir da Figura 1 que dois estados da Federação possuem 48% do total de cursos presenciais, sendo eles São Paulo com 21 cursos e Paraná com 9 cursos. É importante enfatizar que a predominância de cursos nas regiões Sudeste e Sul pode ser justificada pela maior concentração de empresas e, conseqüentemente, de vagas de trabalho aos profissionais de Secretariado Executivo nessas regiões.

Para além da distribuição espacial desses cursos, a redução de oferta deve ser objeto de investigação. Do total de cursos em extinção ou extintos, 70 são de bacharelado e 37 tecnólogos, o que aponta para um desequilíbrio em relação ao fechamento dos cursos por modalidade. Entretanto, se analisado sob o prisma da natureza jurídica da IES, constatou-se que, do montante de cursos extintos ou em extinção, apenas quatro eram ofertados em instituições públicas. Tal constatação remete à ideia de que problemas econômicos podem estar vinculados às possíveis causas da retração na oferta de Secretariado.

Outro fator que chama a atenção neste estudo é o exponencial aumento de cursos tecnólogos em relação aos de bacharelado, principalmente na modalidade a distância, seguindo uma tendência nacional (Inep, 2020). Dados do Inep (2020) apontam que entre 2008 e 2018 a oferta de cursos de graduação tecnológicos a distância teve um aumento de 345,8%.

Ademais, embora o sistema e-MEC (2020) aponte para a existência de 72 cursos de bacharelado (9 a distância e 63 presenciais) em funcionamento, apenas 42 participaram do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) em 2018 (Inep, 2020), o que se pressupõe, considerando a obrigatoriedade da participação no exame, que os índices relativos a reduções da oferta desse tipo de formação podem ser ainda mais preocupantes. Autores como Cielo *et al.* (2014), em estudos realizados em 2014, já apontavam para a problemática, afirmando que “os cursos de graduação em Secretariado Executivo vêm enfrentando um significativo processo de redução no quantitativo de turmas em funcionamento, o que pode significar a consequente paralisação de suas atividades” (Cielo *et al.*, 2014, p. 60).

No atual contexto, um possível cenário para a criação de cursos de mestrado para a área de Secretariado, a retração na oferta de cursos pode impactar negativamente. Isso porque reduz-se a quantidade de profissionais formados, enfraquecendo a área de forma global e, por consequência, torna-se um empecilho ao interesse das IES, especialmente as privadas, investir em ações de fomento a criação de *stricto sensu* para área.

Paralelamente ao quantitativo de oferta de cursos de graduação, é importante analisar a existência de cursos de pós-graduação *lato sensu* em Secretariado Executivo no Brasil, haja vista que a presença desse tipo de formação pode ser considerada embrionária para a formação *stricto*



sensu, por possibilitar, além da capacitação profissional, de acordo com Cirani *et al.* (2015), o desenvolvimento de pesquisas e estudos técnico-científicos na área.

Estudo realizado por Cielo, Vilas Bôas e Sanches (2017) aponta para a existência de 10 cursos de especialização em Secretariado e Assessoria Executiva no ano de 2015. Comparativamente, dados atualizados disponíveis no portal do e-MEC apontam para a existência de 106 cursos de pós-graduação nessas áreas, o que demonstra um crescimento exponencial em cinco anos (e-MEC, 2020). Entretanto, cabe destacar que, do total, 66 cursos são ofertados na modalidade a distância e os outros 40 na modalidade presencial. No que se refere ao quantitativo de vagas ofertadas, os cursos à distância oferecem 23.920 vagas anuais, e os cursos presenciais dispõem de 5.580 vagas.

Ressalta-se que a nomenclatura de Assessoria Executiva foi considerada para este estudo por esta se tratar de área de atuação do profissional já reconhecida pelo mercado e pelas próprias DCN de secretariado (Resolução n. 3, 2005). Reitera-se que, conforme Cirani *et al.* (2015), a quantidade de cursos de pós-graduação influencia diretamente na produção científica e tecnológica, possibilitando perspectivas positivas de crescimento regional.

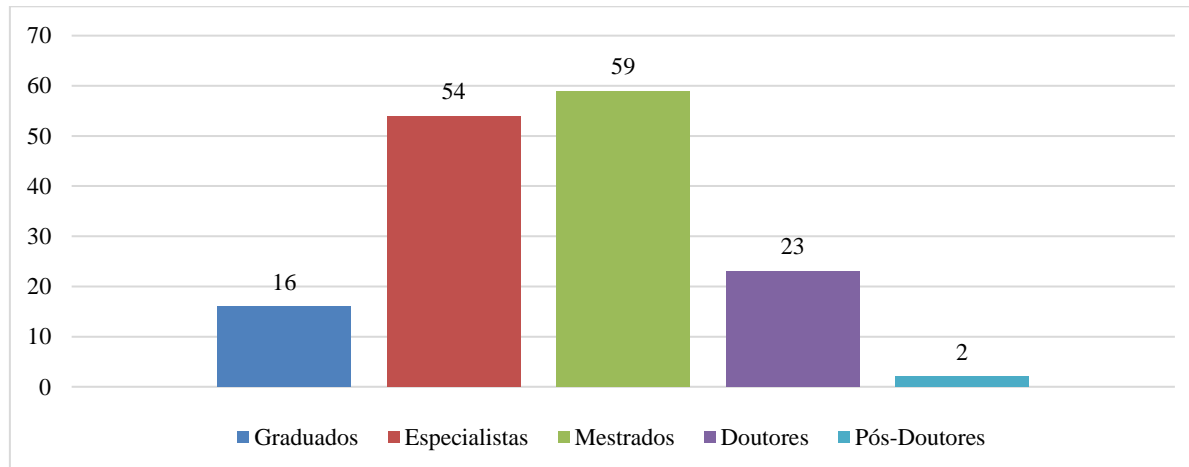
Em relação à localização geográfica, observou-se que três estados da Federação se destacam na oferta desses cursos de especialização em Secretariado, sendo eles, Minas Gerais, com 18 cursos, Paraná, com 20 cursos, e São Paulo, com 25 cursos. Pode-se verificar a partir dos dados coletados que os estados do Paraná e São Paulo estão presentes entre os mais influentes quantitativamente na formação da área secretarial tanto na graduação como na pós-graduação lato sensu.

Os dados mostram que as oportunidades de especialização na área secretarial são vastas, porém, têm gerado resultados relativamente baixos, se considerado o número de vagas ofertadas e a quantidade de egressos que as pós-graduações têm registrados na plataforma do e-MEC. Entretanto, embora em pequena quantidade, concentradas em sua grande maioria em três unidades federativas e formando um baixo número de profissionais, são iniciativas importantes para o fomento do crescimento da área e para a possibilidade de verticalização dos cursos de graduação para a pós-graduação stricto sensu.

Outro aspecto que merece destaque nesta análise, a fim de identificar os gargalos à criação de programas de mestrado em Secretariado Executivo no Brasil, diz respeito à qualificação dos profissionais formados na área. Se, por um lado, dados do MEC (2018) demonstram que o número de doutores tem apresentado um crescimento significativo nos últimos anos. Em 2008, por exemplo, 44,3% do total de docentes do ensino superior possuíam a titulação de doutores, índice esse que, em 2018 já era superior a 64%. Entretanto, estudos de Cielo *et al.* (2017) apontam que a área de Secretariado não acompanhou esse crescimento formativo.

Na pesquisa publicada por Cielo *et al.* (2017), as autoras investigaram a formação acadêmica dos docentes que atuam nos cursos de Secretariado do Brasil registrados na plataforma Lattes do CNPq. Na época, as pesquisadoras localizaram 154 currículos cadastrados como docentes. Esses possuíam formação de acordo com o apontado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Titulação dos docentes que atuavam nos cursos de Secretariado no Brasil, até o ano de 2017



Fonte: Cielo *et al.* (2017).

Observa-se no Gráfico 2 que do total de currículos cadastrados como docentes de Secretariado Executivo, 45% é composto por docentes graduados e especialistas, o que remete, como análise inicial, a reflexões sobre a capacitação dos docentes. Isso porque a inexistência de pós-graduações *stricto sensu* na área pode gerar desmotivação aos profissionais na busca pela capacitação em outros programas, distintos dos da formação na graduação, ou podem revelar que ainda, em muitos casos, os docentes e pesquisadores da área preocupam-se em atender as

demandas do mercado de trabalho em detrimento de trilhar o caminho da cientificidade, da pesquisa e de formação em níveis de mestrado e principalmente doutorado.

Entretanto, merece destaque o quantitativo de doutores identificados na pesquisa: 23 doutores; 2 pós-doutores; e 2 doutores que até o momento do estudo (Cielo *et al.*, 2017) não atuavam na docência. Embora o número não seja tão expressivo, aponta para um cenário de evolução na capacitação dos docentes da área, uma vez que estudos de Maçaneiro e Kuhl (2013) identificaram que, à época, apenas 3,3% eram doutores.

Igualmente, considerando as perspectivas para a proposição de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Secretariado, os resultados são animadores e induzem a inferir que, em um curto espaço de tempo, essa poderá ser uma lacuna sanada, no que se refere ao quantitativo de profissionais com titulação ajustada à proposição de mestrado na área. Como exemplo, cita-se a elaboração de propostas de programas de mestrado enviadas à Capes no ano de 2019, por parte de duas universidades públicas do país, quais sejam, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e Universidade Federal do Ceará (UFC). Muito embora as instituições estejam ainda no aguardo do resultado das propostas enviadas (fevereiro de 2020), não havendo assim uma garantia da abertura dos cursos, estas já se tornaram um marco inicial fundamental no processo de consolidação científica da área secretarial, no que se refere ao *stricto sensu*.

Todavia, não se pode negligenciar que a Capes (2020) estabelece, para a criação de programas *stricto sensu*, critérios que perpassam a titulação, a exemplo de linhas de pesquisa consolidadas, publicações em quantidade e qualidade satisfatórias. De todo modo, a titulação representa aspecto basilar ao crescimento e consolidação da área.

Nesse aspecto, também pode-se afirmar que houve uma evolução perceptível na pesquisa em secretariado, após a criação do Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado Executivo (ENASEC) em 2010. O evento, dentre outros aspectos, incentiva a publicação de investigações científicas e essas apresentaram significativo aumento ao longo de uma década, conforme apontado na Tabela 3.

Tabela 3
Quantitativo de publicações por edição do ENASEC

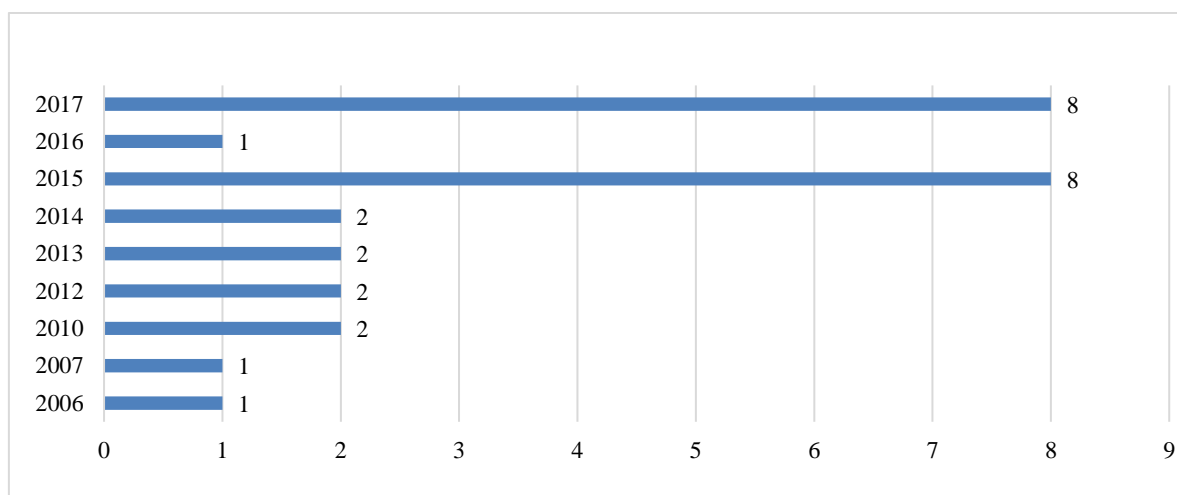
Edição do evento	Ano	Local	Artigo completo	Resumo expandido
I ENASEC	2010	Unioeste (Toledo/PR)	14	5
II ENASEC	2011	UPF (Passo Fundo/RS)	40	16
III ENASEC	2013	UFPB (João Pessoa/PB)	32	7
IV ENASEC	2015	UEL (Londrina/PR)	28	18
V ENASEC	2017	USJT (São Paulo/SP)	40	20
VI ENASEC	2019	UFV (Viçosa/MG)	31	10
Total			185	76
Total geral			261	

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Na Tabela 3 verifica-se que, em todas as edições do evento, houve publicação de estudos científicos, sendo que, em uma década, foram publicados 261 trabalhos, sendo 185 artigos completos e 76 resumos expandidos. Esse resultado é positivo, visto que o ENASEC é um dos principais eventos científicos da área secretarial. Somados à existência dos eventos, outros fatores que contribuem para o fomento da pesquisa secretarial estão no crescente surgimento de grupos de pesquisa na área e também na existência de periódicos científicos específicos. Dados da ABPSEC (2020), demonstram a existência de 14 grupos de pesquisa formalizados no país e de 5 revistas científicas.

Para além disso, Cielo *et al.* (2017) apontam um olhar para a capacitação docente e proposição de programas *stricto sensu*, no qual buscaram investigar o ano da obtenção da titulação de doutor dos profissionais de Secretariado Executivo, conforme demonstra o Gráfico 3:

Gráfico 3. Ano de obtenção da titulação de doutorado



Fonte: Cielo *et al.* (2017).

Constata-se pelo Gráfico 3 que os maiores números de titulações de doutores graduados em Secretariado ocorreram em 2015, com 8 ocorrências, seguido do ano de 2017, também com 8 titulações, muito embora a pesquisa de Cielo *et al.* (2017) tenha sido realizada apenas no primeiro semestre de 2017. Os dados apresentados, embora sendo de 2017, denotam um crescimento vertiginoso em relação à qualificação docente nos últimos anos, uma vez que 62,96% obtiveram a titulação de doutor nos últimos três anos. Em contrapartida, observa-se também a tardia qualificação dos docentes graduados em Secretariado, uma vez que a primeira titulação de um doutor graduado em Secretariado ocorreu apenas no ano de 2006, ou seja, pouco mais de uma década. Ressalta-se, contudo, que a quantidade de doutores com graduação em secretariado executivo, até o ano de 2020, certamente apresentou um crescimento considerável.

Ainda, a tardia qualificação dos docentes graduados em Secretariado remete novamente à pressuposição de que a falta de programas *stricto sensu* na área pode ser um dos prováveis motivos da tardia busca pela qualificação. Por outro lado, há de se considerar que a capacitação docente é condição *sine qua non* ao desenvolvimento pessoal, profissional e para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação. Ademais, a formação de doutores é condição essencial ao fomento e à consolidação de pesquisas consubstanciadas para as áreas.

Assim sendo, os dados apresentados induzem à compreensão de que o tardio despertar dos docentes graduados em Secretariado pela qualificação profissional, especificamente em nível de doutorado, pode ter impacto decisivo no fato de que, até os dias atuais, inexistem programas de pós-graduação *stricto sensu* em Secretariado. Paralelo a isso, ou, como consequência disso, há retração na oferta de cursos de graduação em Secretariado e pouca oferta de cursos *lato sensu* na área.

5. Considerações finais

Nos últimos anos, verificou-se uma evolução no quantitativo de instituições que auxiliam na produção e disseminação do conhecimento no país, inclui-se nesse quadro as instituições que ofertam os cursos de pós-graduação, esses, responsáveis pela organizada atividade de produção específica do conhecimento científico. Marcos como a reforma universitária, que introduziu a pós-graduação no país, e a criação das instituições responsáveis pelo apoio e financiamento das pesquisas e pesquisadores foram primordiais para que a pós-graduação obtivesse esse avanço.

Verificou-se que, apesar de a área secretarial possuir um número representativo de cursos espalhados por todas as regiões do país e esses cursos disponibilizarem um número expressivo de vagas, o fechamento desses cursos se apresenta como uma constante, fator que merece um entendimento e esclarecimento mais aprofundado. Porém, para o trabalho, esses dados induzem à compreensão de que a redução da oferta de cursos de Secretariado Executivo pode ter exercido influência no fato de que se desconheça registros de cursos de mestrado na área de Secretariado junto a Capes (2020), haja vista que a redução do total de graduados pode impactar negativamente nas decisões das IES em investir em verticalização na área, quer seja por meio de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*.

Em relação às pós-graduações *lato sensu*, observou-se aumento expressivo na oferta desses cursos na área de Secretariado, tanto de forma presencial quanto à distância. Todavia, igualmente constatou-se baixa procura por esses cursos e, por consequência, formação de números relativamente baixos de egressos. Se por um lado esses resultados induzem à existência de potenciais problemas em relação a área, por outro, a expressiva oferta de cursos, nas mais variadas



áreas correlatas ao Secretariado pode, perfeitamente, justificar essa situação de baixa procura pelos cursos lato sensu em Secretariado.

Entendeu-se com as informações apresentadas que a formação acadêmica dos docentes é fundamental para a evolução dos cursos de pós-graduação stricto sensu, afirmando a necessidade da investigação desses dados para a consecução dos objetivos dessa pesquisa, pois para que uma proposta de criação de curso de pós-graduação stricto sensu seja formulada, deve seguir critérios básicos estabelecidos pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior e também critérios e parâmetros impostos por área pela Capes. Segundo essa coordenação, um desses critérios e parâmetros é a “comprovação de que o grupo proponente possui competência e qualificação acadêmica, didática, técnica e/ou científica vinculadas ao objetivo da proposta” (Portaria n. 90, 2015, p. 14).

A tríplice investigação para galgar os resultados deste estudo passou pela titulação dos docentes atuantes e formados em Secretariado Executivo e observou-se que os mesmos apresentam uma titulação tardia e em número ainda reduzido de doutores, esses necessários para o desenvolvimento de um curso de pós-graduação stricto sensu na área secretarial. Ademais, significativa parcela possui apenas a graduação ou detém o título de especialista. Contudo, faz-se imprescindível apontar para um cenário positivo em relação ao aumento no número de doutores com graduação em Secretariado no último triênio, propiciando um encurtamento de distâncias rumo à pós-graduação stricto sensu. Ainda, é importante enfatizar que o investimento e desenvolvimento de pesquisas é condição *sine qua non* para a formação de um curso de pós-graduação stricto sensu.

Partindo da consideração de que os cursos de mestrado e doutorado constituem um lugar privilegiado de produção do conhecimento, dada a centralidade que a pesquisa científica deve nesses cursos assumir, o trabalho realizado induz a tese de que a área de Secretariado Executivo obterá ganhos significativos em relação a um maior reconhecimento da academia e da sociedade de forma geral, a partir da criação de cursos stricto sensu.

Por fim, infere-se que o moroso processo evolutivo da graduação à pós-graduação stricto sensu em Secretariado passa pelo tripé analítico apresentado por este estudo, porém, não são os únicos percalços enfrentados pela área quando se trata da proposição de programas de pós-



graduação stricto sensu para o Secretariado. Assim sendo, ressalta-se a necessidade de atualizar e aprofundar essa pesquisa para que outros possíveis fatores possam ser investigados no intuito de suprir essa deficiência da área.

Referências

- Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado. (2020). *A pesquisa*. Recuperado de <https://abpsec.com.br>
- Amadio, A. C. (1999). Os caminhos da pós-graduação stricto sensu. *Revista de Educação Física*, 13, 36-41.
- Bíscoli, F. R. V., & Cielo, I. D. (2004). Gestão organizacional e papel do secretário executivo. *Revista Expectativa*, 3(3), 11-19.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2020). *Cursos recomendados e reconhecidos*. Recuperado de www.sucupira.capes.gov.br
- Cielo, I. D., Schmidt, C. M. & Wenningkamp, K. R. (2014). Secretariado Executivo no Brasil: quo vadis? *Revista Gestão de Secretariado - GeSec*, 5(3), 49-70, set./dez..
- Cielo, I. D., Vilas Bôas, C. B. L. C. & Sanches, F. C. (2017). Mapeamento da qualificação dos pesquisadores e docentes de secretariado: oportunidades e desafios rumo a Pós-Graduação Stricto Sensu. *Anais do Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado Executivo*, São Paulo, SP, Brasil, 5.
- Cirani, C. B. S., Campanario, M, De A. & Silva, H. H. M. da. (2015). A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. *Avaliação*, 20(1), 163-187, mar.
- Decreto 5.800 de 8 de junho de 2006*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm
- Decreto 6.095 de 24 de abril de 2007*. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6095-24-abril-2007-553446-norma-pe.html>
- Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

- E-MEC. Ministério da Educação. (2020). *Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*. Recuperado de <http://emec.mec.gov.br>
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2020). *Sinopses Estatísticas da Educação Superior*. Recuperado de <https://goo.gl/E5N2o4>
- Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm
- Lei n. 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm
- Lima, K. R. de S. (2012). Expansão e reestruturação das universidades federais e intensificação do trabalho docente. *Revista de Políticas Públicas*, ed. especial, 441-452.
- Maçaneiro, M. & Kuhl, M. R. (2013). Estado da arte e o rumo do conhecimento científico em Secretariado executivo: mapeamento e análise de áreas de Pesquisa. *Revista de Gestão e Secretariado*, 4(3).
- Martins, A. C. P. (2002). Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, 17(3).
- Ministério da Educação. (2020a). *Lato-Sensu-Saiba Mais*. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/pos-graduacao/pos-lato-sensu>
- Ministério da Educação. (2020b). *Pós Stricto Sensu*. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/pos-graduacao/pos-graduacao>
- Ministério da Educação. *Portaria n. 90 de 29 de julho de 2015*. Recuperado de <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=883>
- Ministério da Educação. *Resolução n. 3, de 23 de junho de 2005*. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf
- Moritz, G. de O., Moritz, M. O. & Melo, P. A. de. (2011). Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. *Anais do Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul*, Florianópolis, 11.
- Negret, F. A. (2008). Identidade e a importância dos mestrados profissionais no Brasil e algumas considerações para a sua avaliação. *RBPG*, 5(10), 217-225, dez.

- Oliveira, F. B. de. (1995). *Origem e evolução dos cursos de pós-graduação lato sensu no Brasil*. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8285>
- Oliveira, N. V. de, & Durante, D. G. (2016). Os cursos de Secretariado Executivo incentivam a pesquisa? In: Durante, D. G., Martins, C. M. & Cantarotti, A. *Pesquisa em Secretariado: reflexões acerca da construção do conhecimento*. Fortaleza: Edições UFC.
- Reis, E. (1998). *Estatística descritiva*. (4a ed.) Lisboa: Silabo.
- Ribeiro, D. (1980). *Os cursos de pós-graduação*. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rydlewski, C. (2019). *Brasil sobe no ranking mundial da ciência*. Recuperado de https://asmetro.org.br/portalsn/wp-content/uploads/2019/04/Brasil-sobe-no-ranking-mundial-da-ci%C3%Aancia-_Valor-Econ%C3%B4mico.pdf
- Triviños, A. N. S. (2006). *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 2006.
- Velloso, A. (2014). *A pós-graduação no Brasil: legados e desafios*. Recuperado de <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/amp/article/view/2648/1241>